

Segurança Nacional Energética na Transição para o Baixo Carbono¹

Nivalde de Castro²

Fernando de Lima Caneppele³

Murilo Miceno Frigo⁴

O processo de transição energética para fontes de baixo carbono é uma necessidade premente diante das alterações climáticas que estão impondo eventos extremos em escala global. No bojo da busca de soluções, que tem como principal vetor a ampliação da capacidade produtiva de recursos energéticos renováveis, em especial das fontes solar e eólica, constata-se uma forte tendência e determinação para a ampliação do grau de segurança nacional energética, dado que essas fontes aproveitam o potencial existente nos espaços geográficos nacionais. Neste sentido, abre-se um cenário de fortalecimento dos interesses nacionais, em especial nas cadeias produtivas e de inovações tecnológicas com externalidades positivas na geração de emprego e renda, que irão influenciar e impulsionar cada vez mais o processo de transição energética.

Nestes termos, firma-se uma posição estratégica na relação entre a segurança nacional energética e a transição para energias renováveis, na qual a dinâmica é muito menos um obstáculo e muito mais um agregador e catalisador de tal mudança. Desta forma, abre-se uma possibilidade de revisão da relação de dependência entre o Norte Global, incluindo a China, e o Sul Global, com condições de reverter o papel secundário nas cadeias internacionais, em função das oportunidades de atração de investimento de setores produtivos que necessitam de oferta de energia elétrica (solar e eólica) e de vetores energéticos renováveis (hidrogênio verde).

¹ Artigo publicado no Broadcast Energia. Disponível em:

<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/50323624>. Acesso em: 14 de nov. 2024.

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ e Coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL-UFRJ).

³ Professor da FZEA/USP e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP.

⁴ Professor do IFMS.

A segurança nacional energética pode ser definida, de forma bem sintética, pela formulação e execução de políticas públicas que visam reduzir a dependência das importações de recursos energéticos não renováveis, ou seja de fontes fósseis (petróleo e gás), por serem bens cuja oferta está concentrada em poucos países. Essa concentração configura estruturas de mercado oligopolistas, que permitem, como se constata com frequência, preços elevados e voláteis pela capacidade de controlar a oferta.

O processo de transição energética tem como objetivo geral e estratégico alterar, de maneira gradativa, mas radical, a matriz baseada em combustíveis fósseis para uma matriz dominada por fontes renováveis e de baixo carbono, como as energias solar e eólica. Essa metamorfose é crucial para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, porém determina desafios significativos, com destaque para dois vetores: (i) a necessidade de investimentos maciços; e (ii) o desenvolvimento acelerado de inovações tecnológicas, exigindo investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Nesse cenário instigante e desafiador da transição, estratégias para garantir e ampliar a segurança nacional energética são importantes, uma vez que a relação entre transição e segurança abre possibilidades concretas de transformações econômicas, em especial para o Brasil, com sua dimensão geográfica, demográfica e econômica, além de deter a matriz mais renovável do mundo e com um imenso potencial a ser explorado de energias solar e eólica.

Na busca pela liderança em tecnologias de energia limpa, nações podem restringir a transferência de tecnologia e proteger sua propriedade intelectual, dificultando a disseminação global de soluções sustentáveis. Essa restrição é particularmente relevante nas relações intra Norte Global, em especial entre EUA, China e União Europeia. Por outro lado, as relações entre os países do Norte e do Sul Global são menos sensíveis a disputas, exceto pelo possível agravamento de tensões em prol de alinhamentos econômicos mais firmes em função da disputa intra Norte Global, que deverá ser acentuada com o resultado das eleições presidenciais dos EUA.

Nota-se que já estão em curso políticas públicas para estimular e incentivar investimentos alinhados com os objetivos de transição e segurança nacional energética, utilizando, grosso modo, subsídios de diferentes tipos, incentivos e créditos fiscais, além de linhas de financiamento direcionadas para segmentos específicos com taxas de juros menores. Essa tendência deve distorcer os sinais de preço e os mercados internacionais, determinando tensões comerciais que podem se expressar através de guerras comerciais expressas por barreiras tarifárias. Países do Sul Global podem enfrentar desafios e perda de competitividade para competir nessas condições.

No entanto, segundo as experiências históricas, a dobradinha transição e segurança energética deve firmar como um consistente catalisador para transformações econômicas, com o estímulo de inovações tecnológicas em razão direta da conversão das cadeias produtivas de bens, serviços e padrões de consumo, em direção irreversível para uma sociedade e economia verde.

Destaca-se que a dinâmica entre o Norte e o Sul Global é crucial para garantir o sucesso no cumprimento das metas de descarbonização. Assim, as parcerias e colaborações internacionais são muito importantes para estimular a transferência de tecnologias e permitir investimentos em projetos de energia limpa no Sul Global, promovendo o desenvolvimento sustentável e reduzindo as desigualdades econômicas e sociais, no que se denomina como transição energética justa.

Em suma, e a título de conclusão, a transição energética, cujo objetivo basilar é a descarbonização para reduzir o aumento da temperatura mundial, tem a busca da segurança nacional energética como um vetor catalisador e articulador nos países e entre os países mais desenvolvidos e em desenvolvimento. Trata-se de uma oportunidade ímpar na história econômica e social, desde o início da Revolução Industrial em fins do Século XVIII, por resultar em transformações econômicas importantes, configurando uma nova divisão internacional do trabalho com foco na disponibilidade a custos competitivos de recursos energéticos renováveis, com os países do Sul Global, de maneira geral, apresentando um grande potencial disponível.

Contudo, a questão é como garantir que essa nova divisão internacional caminhe para uma transição justa. Para tanto, políticas que promovam a transferência de tecnologia, estabeleçam normas ambientais comuns e incentivem o comércio justo de recursos energéticos são essenciais. Investimentos direcionados e parcerias entre o Norte e o Sul Global são, portanto, determinantes para mitigar desigualdades e acelerar a transição com segurança nacional energética em escala mundial.